

PODER MUNDIAL CONTRA O BRASIL: ALERTA À NAÇÃO

J. W. BAUTISTA VIDAL

A humanidade enfrenta situação das mais difíceis de sua história com o ocaso dos combustíveis fósseis e as conseqüências ambientais decorrentes da queima descontrolada desses combustíveis. As atuais nações hegemônicas, todas situadas em regiões temperadas e frias do planeta e, por isso, carentes de energia limpa permanente, basearam seus projetos de poder e desenvolvimento no uso extensivo desses combustíveis, carvão mineral e petróleo.

O predomínio tecnológico dessas nações e a condição colonial das demais impuseram ao mundo essas formas energéticas. O petróleo encontra-se em processo de exaustão e o carvão mineral provoca severas conseqüências ecológicas, com perigosas mudanças climáticas. Suas imprudentes queimas – joga-se na atmosfera bilhões de toneladas por ano de carbono, sob a forma de CO₂, que levaram centenas de milhões de anos sendo retiradas da mesma atmosfera para formarem esses combustíveis, aceleram graves perturbações na ecossfera, pondo em risco seu instável equilíbrio.

As evidências dessas limitações eram conhecidas desde o início dos anos 70, quando o primeiro informe do Clube de Roma constatou a exaustão de recursos naturais, dos quais dependem vitalmente as nações hegemônicas, sem disporem de alternativas em seus territórios. A primeira conseqüência foi o embargo de petróleo promovido pela OPEP em 1973, com o apoio de corporações de petróleo – as 7 Irmãs, hoje apenas 5 (Shell, British Petroleum, Exxon, Texaco e Chevron). Desde então, a situação só tem piorado, apesar de frenético esforço nos EUA, no governo Nixon, na fracassada procura de novas reservas.

Por isso, nos últimos 25 anos, ocorreu profundo ajuste no uso desses combustíveis, com medidas de conservação e procura de alternativas, posteriormente abandonadas. Esse ajuste reduziu a demanda global e alargou o horizonte de uso. Pouco porém foi acrescentado em novas reservas. A panacéia da fissão nuclear retardou a busca de alternativas, embora tenha durado pouco e foi interrompida pelos acidentes de Three Miles Island, nos EUA, e Chernobyl, na URSS.

Uma onda ambientalista mobilizou a opinião pública mundial nos anos 80, a partir dos EUA. Ela serviu para despertar para os perigos do uso extensivo de combustíveis fósseis, mas também para os efeitos da radiatividade criada pela fissão nuclear, especialmente o plutônio, de ação nefasta por centenas de milhares de anos.

Nos EUA da era Carter, e em outras partes, realizaram-se inúmeras tentativas tecnológicas visando a busca de alternativas a esses combustíveis. No Brasil, essa iniciativa foi anterior, começou em março de 1974, resultando em novembro de 1975 na criação do Programa Nacional do Alcool na administração do saudoso ministro Severo Gomes, pela Secretaria de Tecnologia Industrial - STI.

Esse programa despertou a evidência da alta potencialidade mundial do Brasil no crucial setor energético. De êxito mundial indiscutível, ponta de imenso "iceberg", ele foi porém interrompido, fruto de imprevidência dolosa. Como concebido pela STI, ele visava não só à substituição da gasolina mas dos derivados do petróleo e do carvão mineral por combustíveis renováveis e limpos, pois o Brasil não importava gasolina mas carvão mineral e petróleo. As importações de petróleo chegaram a consumir, no fim dessa década, 70% de nossas exportações. Elas ficaram inviáveis pelos novos preços internacionais do petróleo provocados pelo embargo. Nosso colapso energético era iminente, depois superado pelo êxito da Petrobrás com importantes descobertas de novas reservas de petróleo na plataforma continental.

Entre inúmeras iniciativas tomadas em vários países no último quarto do século XX, a única verdadeiramente vitoriosa foi a brasileira. Implantou-se frota de 5 milhões de veículos com motores ciclo Otto com uso de álcool etílico, etanol, além de mistura de 24% deste na gasolina. Isto evitou o uso do perigoso chumbo como antidetonante. Para impedir esse mal e para evitar a importação de álcool do Brasil, os EUA optou pelo uso de MTBE. Agora constata-se, em 31 Estados, que esta substância contaminou 30% dos poços de água potável daquele país. Como eles não têm como produzirem suficiente álcool e o Brasil desativou a ampliação da produção, corre-se agora o risco de virem para cá, tomarem nossas usinas e instalarem grandes "plantations", expulsando os brasileiros dos campos. Uma tragédia!

Em 1986, os veículos a álcool chegaram a representar 98% da linha de produção. Os veículos a gasolina somente eram disponíveis por encomenda. Entretanto, devido a medidas na área financeira de comando externo, a produção de carros a álcool hoje mal chega a 1% da frota nova. Os que restam a álcool estarão em uso por curto tempo. O programa foi exterminado!

Com ele o Brasil economizou em custos externos cerca de oitenta bilhões de dólares. Criaram-se 800 mil empregos diretos, reduziu-se drasticamente a poluição nas grandes cidades e o País passou a deter o domínio tecnológico mundial nesse setor.

De modo lamentável não foi permitido ao programa estender-se aos demais derivados do petróleo, especialmente a substituição do óleo diesel de petróleo por óleos vegetais, estes mais eficientes como energético e não danosos para o ambiente. Também não ocorreu a substituição do carvão mineral importado por carvão vegetal nas grandes siderúrgicas brasileiras ou a construção de termelétricas com biomassa – florestas energéticas, carvão vegetal e gás de madeira -, como se faz hoje, com grande eficiência, em países da União Européia com rejeitos agrícolas. Nosso potencial neste setor é imenso pela elevada intensidade da radiação solar: a produtividade florestal chega a um fator de vinte vezes quando comparada às das regiões temperadas e frias do planeta.

Pelo contrário, implanta-se no Centro-Sul do País 49 termelétricas a gás de petróleo importado da Bolívia, Peru e Argentina, sob o controle de corporações transnacionais. Destruí-se deste modo nossa autonomia de energia limpa, com custos reduzidos, em moeda nacional e com ativos já ressarcidos. Ascendentes preços internacionais de petróleo impor-se-ão e o país ficará submetido à chantagem de suprimento sem alternativa. O contrato de compra do gás estipula o pagamento de volume pré-estipulado, quer seja consumido ou não. Além disso, pelas privatizações, os controladores externos passam a dominar a distribuição, podendo desativar os ativos hidrelétricos para privilegiar seu produto de inferior qualidade e custos. Passam assim a serem senhores absolutos de cartel que dominará nosso maior mercado elétrico, do Centro-Sul. A parte onerosa desse estranho projeto, o gasoduto, foi pago pela Petrobrás.

Entre as siderúrgicas, a única nacional que usava com sucesso carvão vegetal era a ACESITA, nossa mais sofisticada siderúrgica, projetada com tecnologia nacional e portanto valorizando nossos fatores abundantes.. Com sua privatização abandonou-se o carvão vegetal pelo carvão mineral importado, apesar de graves danos ambientais, sociais e no balanço comercial externo, além de representar grave retrocesso tecnológico. Qual a razão para tanto despropósito? O abandono do uso do carvão vegetal neste e em outros casos, provocou milhares de desempregados, 26 mil em Minas Gerais. Somente os produtores de gusa e a Mannesmann continuam a usar carvão vegetal, limpo, renovável e produzido no País. Esse despropósito é devido à visão míope, incompetente e antinacional de dirigentes ao subordinar a opção de escolha a processo de forjada e artificial concorrência, apoiada em nominal monetário falso, manipulado do exterior, abandonando portanto nossos mais legítimos interesses.

. Deste modo, desprezaram-se valores maiores e estratégias de autonomia e qualidade dos produtos finais, custos ambientais e sociais – brutal desemprego –, a saúde humana, fatores locais abundantes e a soberania nacional. Provocou também danos estruturais no balanço comercial, nas

contas externas e na autonomia tecnológica e energética, base universal de sadia competição. Condiciona-se tudo ao arbítrio de tirania financeira de comando externo.

O esforço mundial até o governo Carter de substituição dos combustíveis fósseis foi bruscamente interrompido a partir do governo Reagan, enquanto promovia-se guerras no Oriente Médio e jogava-se o preço do barril do petróleo a valores inferiores aos anteriores ao embargo em 1973. Em 1979, o barril de petróleo chegou a 52 dólares no "spot market" de Rotterdam. Com a derrubada do "sheik" Yamani, ministro de petróleo da Arábia Saudita, o preço do barril foi levado à irrisória quantia nominal de sete dólares, em evidente processo de "dumping" para tornar inviável – do ponto de vista monetário nominal, pela visão curta dos tecnocratas - vitoriosas iniciativas energéticas, especialmente a mais importante delas, a brasileira, em fase inicial mas de alto potencial tecnológico e de poder. É evidente que essas circunstâncias serão mudadas quando o controle passar para eles. Hoje, pela globalização, são retiradas de mãos brasileiras.

Na realidade, os "falcões", adeptos do uso da força militar norte-americana, sobrepuseram-se às ações de sensatos construtores de soluções da era Carter. Deste modo, as violências militar e monetária viraram norma.

Internamente, promoveu-se a "abertura" que viabilizou a implantação de nefando modelo neoliberal, levado avante a todo custo com a deterioração moral do processo político com as eleições de Collor e FHC (duas vezes). Nesse processo, a tirania financeira de controle externo fez o que quis, pois esses foram governos a serviço da oligarquia financeira internacional. Eles promoveram o desmonte do Estado nacional e a entrega dos patrimônios naturais estratégicos a forças externas suspeitas, quando a história econômica do Brasil neste século dependeu de modo vital do Estado. Nesse processo a Nação está sendo destroçada, como confessa seu principal responsável: estamos na iminência de grave ruptura institucional.

Como complemento dessas ações, criou-se na "city" de Londres o mercado dos petrodólares, inicialmente com empréstimos com juros negativos, embora flexíveis, com o objetivo de fazer a "limpeza" de dinheiro sem lastro que os produtores de petróleo recusavam-se a aceitar como pagamento pelo "ouro negro". As vítimas desses empréstimos foram países que garantiram com seus patrimônios naturais e ativos estratégicos a "limpeza" desse dinheiro fictício, o Brasil à frente. Daí o processo de "privatização", na realidade, internacionalização desses patrimônios e suas eficientes empresas guardiãs. O mesmo deu-se pela lei das patentes com o patrimônio genético da extraordinária biodiversidade do trópico úmido. Por essa lei, concedeu-se a corporações transnacionais o monopólio mundial sobre a flora. Monopólio mercantil sobre a base da vida! O uso autônomo por brasileiros dos princípios ativos dessa flora, por essa lei, pode ser severamente punido.

Desses empréstimos, submetidos posteriormente a juros extorsivos, resultaram as impagáveis dívidas externa e interna que levaram o Brasil à débâcle financeira, em janeiro de 1999. Os desdobramentos dessa manipulação financeira, em associação com a política neoliberal, levaram à internacionalização referida (biodiversidade, sistema hidrelétrico e de águas, minérios, CSN, Usiminas, Embraer, Embratel, ruptura do monopólio do petróleo e das comunicações e entrega de reservas de petróleo já descobertas, etc.) Tudo praticamente de graça – moedas podres, sub-avaliações, incentivos governamentais etc. e corrupção desenfreada – que serviram apenas para encher as burras de especuladores delinquentes, aos quais nossos dirigentes servem, enquanto as dívidas se avolumaram a dimensões assustadoras. Anuncia-se agora a compra por estrangeiros, na "bacia das almas", das usinas de álcool paulistas, todas privadas. Fecha-se assim o ciclo iniciado com "empréstimos" desnecessários de "petrodólares", que permitiram montar uma armadilha monetária, dentro da qual é impossível sobreviver como sociedade organizada.

Os financistas justificaram esses empréstimos para cobrir déficits externos criados pelas importações de petróleo. Sem dúvida, portanto, a questão energética mundial está na origem dessa armadilha financeira que esmaga nossa economia, entregue a agentes desse espúrio

sistema. Não se levou em conta que a crise do petróleo – na realidade, colapso energético - abria perspectivas incomuns para o Brasil, que jamais nenhum país experimentou. Somente o óleo de dendê da Amazônia permitiria produzir, para sempre, óleo diesel natural, limpo e mais eficiente em potência nos motores ciclo diesel do que o "diesel" retirado do petróleo, óleo vegetal em maior volume do que a Arábia Saudita produz hoje petróleo. Em pouco tempo porém as reservas de petróleo sauditas estarão esgotadas.... .

Fez-se porém o contrário. Ignoraram nossas potencialidade e fomos submetidos à referida tirania financeira externa. Por isso caminhamos para o desastre. Como os hegemônicos não têm soluções energéticas próprias, optam por nos esmagar por meio dessa tirania comandada internamente por agentes nativos e com regime político, dito democrático, que nos leva ao desastre. Nessas circunstâncias, o campo ficou aberto para se apoderarem dos nossos patrimônios naturais estratégicos, que eles carecem.

- Devido à elevação do consumo de petróleo, à volta ao descontrole anterior ao embargo e ao não cumprimento pelos hegemônicos, com exceção da Alemanha, dos acordos assinados na ECO-92, o mundo caminha para perigosa situação decorrente dos maiores colapsos que a humanidade jamais sofreu: o energético, dos combustíveis fósseis, e o ecológico, do efeito estufa. Ademais, há a chuva ácida. Neste caso, p. ex, a cidade de São Paulo corre o risco de perder seus acessos ao porto de Santos devido a desmoronamentos de encostas nas vias Anchieta e Imigrantes, provocados pela destruição da proteção florestal pelo uso intenso de combustíveis fósseis, provocadores dessa chuva.

Os EUA têm petróleo em seu território para menos de cinco anos – reservas de 21 bilhões de barris para consumo diário de 16 milhões -, na hipótese de não reduzir drasticamente seu consumo ou aumentar suas reservas, ambos improváveis. As reservas das companhias anglo-americanas de petróleo vêm caindo a uma média anual de 6%. A Alemanha, Japão, Itália e França não têm reservas. As da Noruega, Canadá e Inglaterra estão em acentuado declínio. Somente o Oriente Médio detém reservas para duas ou três décadas, por isso os EUA ocuparam com forças militares essa região, despendendo nisso, conforme a revista "International Oil", cerca de cem dólares por cada barril que importam - subsídio várias vezes maior que o preço nominal do barril em falsa moeda. Seu preço já passou dos trinta dólares. Cresceu 300% em menos de um ano!

Na realidade, em 1979, corrigida a inflação do dólar, o barril chegou a 70 dólares. Não seria surpresa que o poder americano queira ressarcir-se das despesas militares no Oriente Médio aumentando o preço do barril para valores acima de cem dólares. Para eles, emissores arbitrários de moeda de referência, não seria problema. Além disso, é o poder militar sobre o petróleo que garante manter circulando essa espúria moeda de referência. Todos dependem de petróleo! Nessas circunstâncias, os tecnocratas brasileiros impõem a esse combustível fóssil em extinção a condição de "commodity", uma burrice, para dizer o melhor, como se fossemos todos uns tolos.

Nos anos 80, os EUA concentravam no Oriente Médio 60% de suas importações de petróleo e apenas 20% na América Ibérica (Venezuela e México). Hoje inverteram esses percentuais devido aos grandes riscos existentes em países árabes que, há muito, procuram defender seus patrimônios estratégicos com dramáticos custos em vidas humanas e resistem a brutais embargos econômicos. Assim, é mais fácil apoderarem-se das reservas do Brasil e da Argentina, neste caso já consumado, do que enfrentar os árabes. A débâcle financeira do México permitiu o controle pelos EUA de suas reservas, uma das maiores do mundo.

Não é por acaso que a nova lei brasileira sobre o petróleo permite livremente a exportação do precioso bem, que passa a ser propriedade de corporações estrangeiras por compra do já descoberto pela Petrobrás ou a descobrir, o que não conseguiram com os "contatos de risco". Nossas reservas, assim, fruto dos êxitos de brasileiros, que nos garantem cerca de 30 anos de consumo, estão em perigo. Podem estar exauridas em 5 ou 10 anos.

É ostensivo portanto que a globalização impôs mudanças energéticas para resolver a precária situação das nações hegemônicas, às custas de países como o Brasil, México, Argentina e outros.

A fissão nuclear, a qual, ademais, não substitui combustíveis líquidos, pois gera calor, forma degradada de energia, está em processo de moratória mundial. Ou seja, esta forma energética está excluída como alternativa ao petróleo. As formas energéticas eólica, geotérmica, das marés, captação solar direta e outras, ganham espaço, embora sejam muito limitadas e restritas no seus usos. Não são portanto alternativas para a substituição do petróleo, de uso extensivo. A única forma energética de dimensões potenciais para ocupar o vácuo que se forma com o declínio dos combustíveis fósseis, é a biomassa, de produção preponderante nos trópicos. Seus derivados podem substituir sob a forma sólida, líquida e gasosa os combustíveis fósseis nas dimensões do consumo mundial, atual e futuro, para sempre.

Com exceção das energias das marés, geotérmica e nuclear, todas as outras formas utilizadas pelo homem, tanto fósseis como renováveis, provêm do Sol. As fósseis exigem centenas de milhões de anos para se formarem. Representam capital energético acumulado em eras geológicas. São portanto não renováveis. É impossível recompor suas reservas quando esgotadas. Esse capital solar armazenado nos fósseis foi depauperado pelo uso desordenado de uma sociedade de consumo suicida.

Os combustíveis derivados da biomassa são entretanto renovados de modo permanente pela captação da radiação solar graças à fotossíntese das plantas, excepcionais coletores naturais. Eles representam dividendos de gigantesca e "eterna" fonte de energia primária, o Sol.

Essa energia é acumulada sob a forma química nos carboidratos (açúcares, amidos, óleos vegetais, celulose e hemicelulose), também chamados de hidratos de carbono, todos de fácil conversão em combustíveis, com tecnologia que dominamos, a mais avançada em todo o mundo, apesar da destruição, promovida pelo neoliberalismo, das nossas instituições e equipes técnicas que trabalhavam no setor. Pouco sobrou!

Das formas energéticas que não têm origem no Sol, apenas a energia nuclear poderia dar resultados ponderáveis pela fissão ou fusão. Já analisamos os perigosos efeitos da primeira e a segunda, com grande perspectiva, é, porém, de difícil realização pois ocorre a milhões de graus, quando toda matéria, sólida ou líquida, se vaporiza. O Sol e demais estrelas são, entretanto, gigantescos e "eternos" reatores a fusão nuclear.

A incidência de radiação solar sobre o hemisfério da Terra corresponde, por dia, do ponto de vista quantitativo, à mesma ordem de grandeza das atuais reservas de petróleo da Terra, descobertas e inferidas. Essa radiação concentra-se nas regiões tropicais e reduz sua intensidade na medida que se aproxima dos pólos. As regiões temperadas e frias do planeta, onde se localizam hoje os hegemônicas, não têm, portanto, a espetacular vocação energética, limpa e permanente, dos trópicos. Nessas condições, as futuras civilizações autônomas somente serão possíveis nos trópicos. Sem energia nada é possível, nem o mundo econômico, nem as dinâmicas do cosmos ou do átomo. Nem as civilizações.

Nas regiões tropicais predominam vastos oceanos e desertos, além de estruturas nacionais de insuficiente nível técnico, incapazes de extensos e eficientes processos produtivos de biomassa e seus derivados energéticos.

O Brasil entretanto é o incomparável continente dos trópicos, com mais de 20% da água doce do planeta e com nível tecnológico agro-industrial para ser o grande fornecedor de energia limpa e renovável da humanidade. Somos por isso predestinados a construir a civilização perene dos carboidratos, de energia abundante, limpa e renovável. Seus ingredientes são o CO₂, o sol e a água abundantes nos trópicos brasileiros. Somos a Nação do Sol e das Águas. Nossa vocação

energética não é a dos combustíveis fósseis, dos hidrocarbonetos, a energia do passado. Estamos assim predestinados à construção da Civilização dos Hidratos de Carbono, como demonstrou o grande químico brasileiro Sebastião Simões. Deixaremos de viver de capital escasso, em extinção, dominado por forças militares estranhas, para viver para sempre com o dividendo da energia solar.

O "Worldwatch Institute", em seu relato anual, "Situação do Mundo - 1997", prevê o surgimento de novo grupo de poder mundial, designado E-8, E, de Environment (Meio Ambiente), relacionando-o portanto com as grandes questões ambientais e, naturalmente, energéticas. Ele será mais poderoso no futuro do que o atual Grupo dos 8 grandes (G-8), conforme atesta. Entre os 8 países do E-8, três são considerados superpotências: os EUA, maior potência econômico-militar e maior agressor ambiental; a China, segundo maior agressor, com potencial para tornar-se o primeiro, e o Brasil, único entre os 8 não predador, com potencial e competência técnico-econômica para resolver os desenhados colapsos ambiental e energético do planeta. Os demais membros do E-8 são: Alemanha, Japão, Rússia, Indonésia e Inglaterra.

É neste contexto político de poder mundial que o Brasil tem o dever de colocar-se, deixando de comportar-se como país dependente, satélite vil de decadentes nações hoje ainda hegemônicas. Essa postura pusilânime, covarde e irresponsável leva - está levando - ao desastre e à desagregação nacional, incompatíveis com nossa história, com o que nos legaram nossos ancestrais, com nossa honra, além de ser criminosa para o destino das futuras gerações de brasileiros.

O fundamento para aspirar, com legitimidade, a esse papel é a localização em nosso território dos patrimônios naturais capazes de superar os dois grandes colapsos que põem em risco o futuro da humanidade. Ou assumimos esse papel ou seremos esmagados. A história, nessas questões, é implacável.

É preciso porém saber se os brasileiros desta malfadada geração, contaminada por traidores que nos governam, querem ou não ser uma verdadeira nação. Pela posição da grande mídia escrita e falada, formadora da opinião pública - fonte principal do poder nacional -, a resposta é não. Obedecemos, como sabemos, de modo vil, à ditadura video-financeira antinacional de controle externo.

E nossas instituições permanentes, onde estão, o que fazem? Nessa postura de omissão irresponsável, elas não merecem existir. Para ficar nas áreas em que atuo e me sinto responsável, por quê tanta omissão de nossas universidades e das organizações de engenheiros - carreira em vias de extermínio? Por quê tanta desinformação e mentira em era que chamam da informação? Por quê o abandono dos sagrados conceitos de pátria e de nação, sem os quais é impossível sobreviver? Por quê a perda da auto-estima que transforma nossos filhos em escravos ou canalhas?

As nações hegemônicas não admitem competidores, mesmo que legítimos. Sempre foram e serão assim. A questão torna-se ainda mais grave quando esse poder, supostamente competitivo, está fundamentado em patrimônios naturais insubstituíveis, localizados de modo especial em nosso território, não passíveis de serem alcançados de longe. Por isso montaram delinqüente e tirânico sistema financeiro guarnecido por "exército de ocupação" de tecnocratas e políticos traidores, piores do que apátridas, que detêm o poder de vida e morte sobre todos nós e nossas principais instituições, e ademais condena as futuras gerações ao desespero. Chamam isso de democracia, enquanto nos levam à morte!

É necessário restituir o Brasil aos brasileiros. Leis e decretos ilegítimos não podem ser aceitos se levam à ruína de todos. Nossa Carta Magna virou texto flexível à mercê da conveniência de aventureiros eventuais. Elas se justificam para consolidar um projeto nacional e não para retirar os meios de vida da população, levando-a ao desastre. Pelas leis da física não existem satélites gigantescos, continentais. Nós somos o continente dos trópicos. Nossos dirigentes, pusilânimes e

irresponsáveis, no roteiro entreguista que seguem, nos levam irremediavelmente ao desmembramento em protetorados vis de potências militar-financeiras.

Somente outros dirigentes e um novo regime, compromissados com o que é essencial à nossa sobrevivência como povo e como cultura, poderá nos salvar. Só com dirigentes que assumam a responsabilidade de arrojado projeto de nação, o respeito internacional se restabelecerá. Só assim nos deixarão viver em paz. Nessa empreitada, países importantes a nós se juntarão, não somente por verem no Brasil um grande e rico aliado que irá ajuda-los no processo de libertação da tirania financeira internacional que a todos oprime, mas também para permitir dar a seus povos a dignidade que merecem.

A incompetência e a inapetência patriótica dos atuais dirigentes leva-nos à tragédia, no momento em que as potências econômicas tentam resolver seus cruciais problemas energéticos, ambientais, minerais, aquíferos e genéticos pelo uso de tirania, sem precedentes, de um sistema financeiro espúrio, com o suporte conceitual de falsas teorias, ditas econômicas. Seu único parâmetro é moeda fictícia, fruto do arbítrio que opera como mercadoria abstrata: prepotente, sedutora e diabólica. Por meio dela é impossível a concorrência e com isso esmagam nossas empresas. Nenhuma sobrar! Com essa moeda fictícia apoderam-se de nossos patrimônios naturais estratégicos, sem necessidade de dar um só tiro ou correrem qualquer risco, pois os agentes nativos do poder externo fazem o serviço.

Está clara a tendência das potências hegemônicas de transferirem as pressões econômicas e militares hoje exercidas sobre países do Oriente Médio, ricos em petróleo - energia do passado -, para onde está a energia do futuro, especialmente as florestas tropicais úmidas, a nossa Amazônia à frente. Para se apoderarem da Amazônia estão destruindo o Brasil.

Pela esplendorosa natureza tropical, pela imensa riqueza do subsolo – Nação do Sol e das Águas -, pela raça cósmica que habita este continente, fruto de maravilhosa miscigenação de raças e de culturas, pela alegria de viver, pelo que fizeram nossos ancestrais heróis, santos e sábios, somos predestinados a construir apoteótica civilização, humana e justa, se nos libertarmos do colonialismo neoliberal que nos destrói e que está nos levando ao suicídio pelo controle de nossas mentes. Lembremos o que a história ensina: as civilizações não morrem, elas se suicidam.

SOBRE O AUTOR

Por três vezes Secretário de Tecnologia Industrial. Brasileiro, primeira geração de emigrantes espanhóis. Principal responsável pela implantação do Proálcool e autor, entre outros, de "A Reconquista do Brasil", RJ, 1997, Editora Espaço e Tempo e co-autor de "Poder dos Trópicos", SP, 1998, Editora. Casa Amarela